

Rede de Bibliotecas Escolares: perspectivas e potencialidades de utilização da Internet

Elsa Conde

Resumo:

A instalação de bibliotecas escolares entendidas como centros de recursos multimédia dos quais não devem estar ausentes as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação coloca aos seus responsáveis e a todos os seus utilizadores novos desafios nos domínios da sua utilização e exploração em termos informativos, educativos e comunicacionais. Estes desafios são tanto maiores se tivermos em conta a recente colocação de um computador com ligação à Internet nas bibliotecas das escolas dos segundo e terceiro ciclos do ensino básico e do ensino secundário. É este o mote da presente comunicação, a qual cremos justificar-se plenamente, quer na actual fase de desenvolvimento do Programa “Rede de Bibliotecas Escolares”, quer de outros programas e iniciativas que com ele mais directamente se relacionam.

Abstract

The installation of school libraries, understood as centers of multimedia resources making full use of the New Information and Communication Technologies, places their responsables and users face to new challenges. These challenges refer to its utilization and exploration both in informative and educational terms as well as in communication terms. They are all the more significant since one has to consider that a Internet connected computer has been recently placed in every school libraries of the second and third grades of the basic education and secondary education. This is the subject of the present paper. We believe it justifies itself fully, both in the present development phase of the School Libraries Net Program and in other programs or initiatives closely related to it.

No Despacho Conjunto nº 43/ME/MC/95, de 29 de Dezembro, os Ministérios da Educação e da Cultura reconheciam a necessidade do *desenvolvimento de bibliotecas escolares, integradas numa rede e numa política de incentivo da leitura pública*. Que entendimento deve fazer-se da palavra rede? Será correcto concebê-la apenas em termos de cobertura geográfica ou de articulação real entre bibliotecas de uma mesma área? Ou, mais do que isso, implicará pensarmos num sistema global de informação que permita o diálogo entre todas as bibliotecas escolares e entre estas e outros sistemas de informação? A resposta a esta questão pode ser encontrada no conjunto de princípios e linhas de orientação incluídos no Relatório “Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares” elaborado pelo Grupo de Trabalho criado pelo mesmo Despacho e onde se lê:

A ideia de rede ganha um peso cada vez maior nos sistemas de informação. Deste ponto de vista, idealmente, cada biblioteca deve ser considerada como um ponto de acesso ao sistema, pelo que os recursos de informação disponíveis deverão, em princípio, estar disponíveis para todos os outros pontos de acesso. (...) Não parece carecer de demonstração a grande vantagem económica

*do funcionamento em rede, sobretudo se este conceito for alargado a outras bibliotecas, designadamente às bibliotecas públicas e às do ensino superior.*¹

É no âmbito desta concepção de rede que a Internet pode desempenhar um importante papel, ao permitir o estabelecimento de ligações virtuais e distribuídas, a baixo custo, a todas as escolas que lhe tenham acesso. Esta possibilidade de aproveitar, o melhor possível, todas as potencialidades da Internet enquanto meio de comunicação em linha merece tanto mais ser equacionada se tivermos em conta a existência, através do Programa “Internet na Escola”, do Ministério da Ciência e Tecnologia, de acessos RDIS (Rede Digital de Integração de Serviços) a 64 Kbps em todas as bibliotecas das escolas dos segundo e terceiro ciclos do ensino básico e do ensino secundário e a instalação, a partir deste ano, de novas ligações nas escolas do primeiro ciclo. Para esta ligação à Internet, foram implementados pela FCCN (Fundação para a Computação Científica Nacional) novos pontos de acesso à rede (Pop’s), constituindo uma extensão da já existente RCCN (Rede da Comunidade Científica Nacional), a RCTS (Rede Ciência Tecnologia e Sociedade) que se destina a integrar universidades, organismos de I&D, politécnicos, escolas dos ensinos básico e secundário, bibliotecas e arquivos. A existência e recente generalização do acesso à Internet através da criação desta infraestrutura de comunicação para as escolas começou já a ter resultados, facilmente detectáveis nas várias centenas de escolas portuguesas que hoje marcam a sua presença na Net.

O computador colocado nas escolas pelo “Programa Internet na Escola” foi instalado na biblioteca, no entendimento de que esta deve hoje constituir-se como um centro de recursos multimédia funcionando em livre acesso e destinado à consulta e produção de documentos em diferentes suportes e ser, por isso, o espaço onde é possível a toda a comunidade escolar utilizá-lo directa e livremente. É importante que se diga que a instalação de um único computador para a Internet não impede a ligação em rede a este computador de outros que multipliquem o número de postos de acesso. Trata-se, no fim de contas, de disponibilizar um instrumento de trabalho que deve possuir um acesso o mais facilitado possível. Como diz João Pedro da Ponte, *o equipamento existente será provavelmente muito insuficiente, mas o melhor argumento para justificar a necessidade de novas aquisições será a boa utilização que se fizer do material existente*¹¹. Isto, sem prejuízo de poderem vir a ser instalados outros computadores com acesso à Internet noutros espaços da escola. Contudo, correspondendo esta possibilidade apenas a uma ínfima percentagem de escolas portuguesas, é também na biblioteca que poderão ter que desenvolver-se actividades de ensino que apelem ao uso da Internet. Neste caso, as decisões sobre a sua utilização devem ser tomadas de acordo com as estratégias de ensino e aprendizagem pensadas pelos professores e implicam uma articulação dos meios, equipamentos e materiais a utilizar, os modos de agrupamento dos estudantes, a organização do espaço, as formas de comunicação e interacção e, em última análise, o repensar da própria articulação entre o espaço físico da biblioteca e o espaço físico da aula.

O valor educativo da Internet é hoje unânimemente aceite. A Internet pode constituir um recurso valioso para a aprendizagem, como fonte de informação, através da consulta de Páginas WWW, como meio de comunicação, através do recurso ao Correio Electrónico, a Listas de Discussão, Grupos de Notícias e de Conversa e como meio de difusão de conteúdos, através da construção e publicação de novas Páginas. Conscientes das potencialidades educativas da Internet, muitos professores e alunos começaram a explorar os seus serviços, utilizando-a para pesquisar informação, para dar a conhecer a escola, as suas actividades e os trabalhos realizados pelos seus alunos e para desenvolver projectos comuns de telemática educativa, a nível regional, nacional ou internacional. A este movimento crescente não é certamente estranha a contribuição de outros programas nacionais como o “Nónio-séc.XXI”, ou europeus, como o “TRENDS” (Training Educators through Networks and Distributed Systems), o “Sócrates”, o “Web for Schools”, entre outros, a que se terão associado

colaborações várias com instituições de ensino superior, o recurso a protocolos com empresas locais ou o aproveitamento autónomo de facilidades dadas por servidores que disponibilizam espaço e serviços gratuitamente.

Mas, além de constituir o espaço onde é disponibilizado o acesso à Internet, que relação pôde estabelecer a biblioteca escolar, enquanto sistema documental, com esta nova realidade emergente? Há algum tempo, no âmbito de uma breve sondagem que efectuámos, tivemos oportunidade de constatar o quão modesta e rara é a presença da biblioteca escolar nos muitos exemplos de *sites* de escolas, em franca proliferação. A pedra de toque desta questão passa, fundamentalmente, por dois problemas:

O primeiro, respeitante à formação de professores e de auxiliares, foi há bastante tempo diagnosticado na literatura sobre bibliotecas escolares

*A plena rentabilização de um dispositivo como a mediateca é atravessada por uma dimensão técnica que condiciona o aproveitamento pleno dos recursos documentais disponíveis. As dificuldades e o défice de "Know how" das escolas neste domínio particular, mas extremamente importante, são notórias.*ⁱⁱⁱ

Não bastará, contudo, investir apenas numa maior ou menor formação técnica daqueles que constituem as equipas responsáveis pela sua gestão, para os quais se prevê a frequência de cursos de formação especializada e a quem têm que ser dadas melhores condições de trabalho, e apostar na formação dos Auxiliares de Acção Educativa que exercem funções nas bibliotecas escolares. O aproveitamento pleno dos recursos que a biblioteca oferece implica da parte de todos os professores a compreensão do papel complexo da biblioteca no processo educativo global ao nível da escola, e o domínio dos vários instrumentos pedagógicos e dos métodos e técnicas que potencializam, do ponto de vista didáctico, a sua utilização. Esta formação deve portanto perspectivar-se também em termos técnico-pedagógicos de utilização e integração das Novas Tecnologias, e nomeadamente da Internet, nas práticas pedagógicas.

Tendo em conta estas necessidades de formação e o universo de professores a formar, não será de ignorar a possibilidade de poderem vir a desenvolver-se Programas de Formação para auto-aprendizagem em suporte electrónico, utilizando deste modo os mesmos meios educativos e tecnológicos cuja adopção se pretende promover, de forma a relacionar coerentemente os processos de formação praticados com as teorias, métodos e técnicas defendidos, dar a maior ênfase à aquisição de aptidões efectivas e demonstrar a relevância do recurso à tecnologia educativa.

O segundo problema que dificulta um maior protagonismo das bibliotecas escolares no novo ambiente comunicacional resulta da inexistência de meios e de uma estrutura de suporte à sua organização, condição essencial para a sua verdadeira inserção em redes documentais de âmbito regional ou nacional, e nesta matéria cabe, naturalmente, grande responsabilidade à política e administração educativas.

Criada a infraestrutura de comunicação para as escolas, como irá o Programa "Rede de Bibliotecas Escolares" aproveitá-la em benefício da organização, gestão e funcionamento em rede das bibliotecas escolares? A questão implica a definição de uma estratégia de informatização das mesmas, preocupação enunciada pelos autores do Relatório já referido, no qual se apontava para a necessidade de realizar um conjunto de estudos especializados, nomeadamente, o da *Concepção da rede de informação que permita relacionamento directo entre as estruturas de apoio – central,*

No âmbito das actividades desenvolvidas, preparatórias da intervenção a desencadear pelo Programa “Rede de Bibliotecas Escolares” no domínio da informatização das bibliotecas, contam-se a elaboração de estudos prévios, a solicitação de pareceres técnicos especializados e a criação de uma rede de contactos, tendo sido recentemente apresentado, como resultado desses passos, um pedido de autorização para a constituição de um Grupo de Trabalho com competência para tratar esta questão. Caber-lhe-á definir, de modo conclusivo, uma arquitectura de sistema de informação para as bibliotecas que possa ser aplicada de forma sistemática a nível nacional, elaborar, no âmbito de eventuais parcerias e face aos recursos humanos e financeiros que possam vir a ser disponibilizados, cenários possíveis para a concretização de um tal sistema de informação, fazer um estudo detalhado das especificações funcionais e técnicas do sistema de gestão de bibliotecas a adoptar e dos custos possíveis da sua instalação e funcionamento e, finalmente, redigir os cadernos de encargos na base dos quais virão a ser abertos os concursos públicos que se revelar necessário realizar.

A identificação das características a que deverá obedecer a aplicação de gestão biblioteconómica deve merecer uma particular atenção, dada a variedade das situações às quais terá que se adaptar. Entre outros, o sistema deve possuir alguns requisitos básicos gerais que podemos desde já enunciar:

- Correr em Ambiente Windows de modo a aproveitar a literacia informática adquirida na utilização de outras aplicações baseadas em Windows e permitir a sua utilização simultânea;
- Possuir uma Interface gráfica simples e de fácil utilização;
- Possuir uma estrutura modular e permitir uma gestão integrada da biblioteca (Catalogação, OPAC, Aquisições, Periódicos, Empréstimos, Estatística e Gestão, etc...);
- Respeitar as normas internacionais, possuindo capacidade de armazenar e permutar informação (UNIMARC e ISO 2709).

Podemos questionarmo-nos sobre a existência no mercado actual de produtos em condições de corresponder aos requisitos estabelecidos mas, sobre esta matéria, é bem provável que a procura seja susceptível – dada a dimensão, real e potencial da Rede – de alterar a oferta do mercado, em termos de tipos de produtos e preços.

Se o estabelecimento de um sistema de gestão documental para as bibliotecas escolares não é fácil, a definição de um sistema global de informação escolar ainda o é menos. Não podemos esquecer que estamos a falar de um universo de milhares de escolas de diferentes níveis de ensino, cujas bibliotecas, quando existem ou são dignas desse nome, correspondem a realidades muito diferentes que é preciso quantificar, conhecer e analisar. A discriminação de uma série de parâmetros entre os quais se podem contar, entre outros, o número de utilizadores, a natureza dos seus fundos, o número e formação dos professores e auxiliares de acção educativa afectos ao seu funcionamento, o nº de horas que lhe é dedicado, o apoio técnico exterior com que podem contar, etc. determinará, inevitavelmente, o tipo de soluções a adoptar, tendo desde já consciência de que a sua aplicação não poderá ser uniforme ou extensível a todas as situações.

A estratégia de informatização a definir terá portanto que identificar soluções diferenciadas que permitam integrar as escolas com poucos recursos e, conseqüentemente, pouca capacidade para constituírem um catálogo mas também as escolas mais bem preparadas, soluções essas que terão que ser aplicadas com um carácter necessariamente gradualista, derivado da evolução que nelas for ocorrendo e da natureza progressiva do próprio Programa “Rede de Bibliotecas Escolares” que, como qualquer outro Programa, tem limitações que o condicionam.

A promoção de um sistema de custos controlados que ofereça, contudo, condições de durabilidade, de expansibilidade e de evolução é por isso muito importante, disso dependendo a sua exequibilidade.

A sua adequação ao ambiente escolar passará ainda pela necessidade de que um tal sistema faça uso de tecnologias actuais e que estejam na fase ascendente do seu período de vida, integrando informação multimédia e tirando partido das possibilidades abertas pela utilização da Internet e de *software* educativo.

Finalmente, o sistema de informação deve promover o mais possível a cooperação, de modo a minimizar tarefas repetitivas, rentabilizar recursos e fomentar sinergias. A cooperação a estabelecer no âmbito da Porbase, das Bibliotecas Municipais, das Instituições de Ensino Superior, de Institutos e Departamentos do Ministério da Educação ou de outros Ministérios, e de outros Programas é, assim, altamente desejável. É este o caminho que, a título de exemplo, vemos preconizado no Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal:

A exploração de sinergias entre entidades diversas deve ser aprofundada. Como exemplo refira-se o projecto do Ministério da Educação para dinamização das bibliotecas escolares, onde o Ministério da Cultura está empenhado em estabelecer a ligação da Biblioteca Nacional e das Bibliotecas Municipais e o Ministério da Ciência e da Tecnologia em disponibilizar a infraestrutura de acesso. Deste modo afirmar-se-ão redes de bibliotecas conduzindo à criação de uma biblioteca virtual alargada com suporte telemático.

É ainda cedo para anteciparmos qualquer descrição rigorosa de um provável sistema de informação que dê corpo às várias possibilidades de cooperação em aberto. Limitar-nos-emos, por isso, a divulgar algumas das ideias gerais que, no âmbito das iniciativas promovidas pelo Programa neste domínio, se foram colocando.

Através da infraestrutura de acesso à Internet já instalada nas escolas, ser-lhes-ia possível usufruírem de um sistema de informação baseado em servidores World Wide Web localizados em instituições com capacidade técnica e informática para apoiar as escolas. A partir desses servidores, vários serviços poderiam ser desencadeados: Repositório de registos bibliográficos, Informação multimédia; Serviço de *helpdesk*; Apoio biblioteconómico; *Fora* de Discussão, etc.

O serviço de Repositório de registos bibliográficos só poderá ser prestado por instituições que tenham capacidade técnica do ponto de vista biblioteconómico para o gerir e manter, constituindo um recurso inestimável para as bibliotecas escolares que, desejando criar ou manter o seu próprio catálogo, a partir dele poderiam executar pesquisas e proceder ao *downloading* de registos do seu interesse para a sua base local (através do desenvolvimento de um *plugin* para o *browser* de WWW e de um módulo de importação de registos). Isto permitiria, em boa parte, libertar as escolas das tarefas de processamento bibliográfico, além de oferecer a vantagem de se constituir como uma estrutura de apoio cujos custos são independentes do número de escolas que dela poderiam vir a beneficiar.

À partida, poderíamos assim discriminar 3 situações tipo:

1) No caso das bibliotecas escolares onde não há tratamento documental do respectivo fundo ou este se cinge às operações de registo, classificação e cotação e não existe capacidade de gestão de um catálogo próprio nem acesso à Internet, ter-se-á que apontar para uma solução isolada que viabilize apenas o acesso a uma base bibliográfica periodicamente actualizada e disponibilizada em

CD-ROM, obtida a partir da cópia da base alojada no servidor WWW. No caso das bibliotecas nas mesmas condições mas com acesso à Internet, é possível enveredar por uma solução baseada no WWW que permita o acesso ao servidor multimédia e a consulta daquela base bibliográfica em linha, beneficiando deste modo do acesso a uma informação permanentemente actualizada.

2) No caso das bibliotecas escolares onde não há tratamento documental do respectivo fundo ou este se cinge às operações de registo, classificação e cotação mas onde existem o desejo e as condições mínimas para tentar constituir um catálogo próprio, pode apontar-se para uma solução mista intermédia em que se associariam um sistema baseado no WWW e um sistema modular fechado em que a aplicação biblioteconómica a instalar permitiria exclusivamente a importação de registos do servidor multimédia para a base local e a sua pesquisa, ou seja, um único fluxo de informação.

3) No caso das bibliotecas escolares onde já existe um catálogo próprio normalizado ou boas condições para o criar, a solução poderia apontar para uma configuração mista em que se associariam os dois sistemas conciliando, desta feita, todas as funções e benefícios de cada um deles: um sistema baseado no WWW e um sistema para processamento autónomo do fundo documental e com facilidades de importação/exportação de registos de e para a base local.

A existência de uma solução aberta como a que é preconizada no último caso, pode ser essencial para garantir a manutenção e a função de pesquisa em catálogos locais, únicos e originais se tivermos em conta que boa parte destes podem ser constituídos por documentos produzidos localmente, e ainda para gerar outros produtos bibliográficos cuja produção exige a criação de bases de trabalho locais e, portanto, a posse de meios e competências técnicas para as constituir e trabalhar. Além disso é a única forma de garantir a reciprocidade de sentidos na circulação de informação, contribuindo para um sistema verdadeiramente cooperativo.

É importante não confundir a existência deste Repositório de registos bibliográficos com qualquer eventual tipo de “Catálogo Colectivo das Bibliotecas Escolares”. São coisas completamente distintas e não está na mente de nenhuma das pessoas envolvidas na reflexão sobre as presentes questões vir a constitui-lo ou contribuir para isso.

Os outros serviços de apoio a desenvolver, embora podendo ser acedidos a partir duma mesma Página onde se venha a localizar também o *link* para a pesquisa na Base-Repositório dos registos bibliográficos, não têm que estar sediados no mesmo servidor. Assim, é bem provável que, em função da sua especialidade, se venha a recorrer a outras instituições e máquinas para os desenvolver, como poderá ser o caso do serviço de Informação Multimédia ou do serviço de Apoio Biblioteconómico através do correio electrónico.

A criação de alguns destes serviços, menos exigentes em termos de investimento, não tem portanto que ser simultânea com a criação e disponibilização do Repositório de registos bibliográficos, podendo avançar logo que sejam acordadas com as entidades a envolver as condições para o seu funcionamento.

É importante referir que as hipóteses aqui levantadas não são exclusivas nem eliminatórias de outras possibilidades. Independentemente das soluções propostas, existirão escolas que já estão informatizadas ou estão a informatizar-se, em muitos casos com o apoio das respectivas Bibliotecas Municipais e que, segundo a sua vontade, poderão continuar a utilizar os mesmos sistemas, desde que normalizados, ou enveredar pela nova aplicação que vier a ser implementada.

Não devemos esquecer que muitos dos catálogos existentes nas bibliotecas escolares foram constituídos com o apoio das respectivas Bibliotecas Municipais e que, sem ele, não será possível às

escolas manterem-nos e progredir no desenvolvimento de melhores serviços aos seus utilizadores. A relação a privilegiar pelas escolas a nível local será naturalmente estabelecida com as Bibliotecas Municipais nas quais está previsto criarem-se os designados SABE's (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares).

A especialização e qualificação técnica das bibliotecas escolares exige um conjunto de meios que muitas vezes excedem a capacidade das escolas individualmente consideradas. Esta é uma das primeiras razões para que as bibliotecas de diferentes estabelecimentos de ensino de uma mesma localidade se articulem em rede, potenciando os seus recursos próprios e complementando as suas actividades. Para além disso, é desejável que a ligação em rede não fique confinada às escolas e acompanhe a evolução das políticas educativas que procurem fazer do estabelecimento de ensino um equipamento integrado com outros equipamentos sociais da localidade.

Nesta ligação a outros equipamentos sociais é de privilegiar a biblioteca pública, que deve incluir uma função de "serviço de apoio às bibliotecas escolares".^{vi}

Uma outra situação particular de cooperação possível com as Bibliotecas Municipais e que não deve deixar de ser assinalada diz respeito a escolas de concelhos, cujas Bibliotecas Municipais foram abrangidas pela segunda fase da RILP (Rede Informatizada da Leitura Pública) e cujo sistema a implementar (INNOPAC) se pretende que venha a proporcionar ligação com algumas dessas escolas. Estas poderão assim beneficiar de um estrutura de que dificilmente poderiam dispôr de outro modo (servidor com a aplicação de gestão integrada de bibliotecas, servidor WWW-OPAC e servidor Z39.50). Esta solução, colocada por enquanto apenas no plano teórico e para um número muito reduzido de escolas, oferece perspectivas que, embora dependendo da evolução do processo de informatização a nível da Rede de Leitura Pública, não deixa de ter particular importância para a Rede de Bibliotecas Escolares, se pensarmos na sua estratégia de alargamento segundo uma base concelhia e no carácter privilegiado da sua relação com as Bibliotecas Municipais. A RILP2 veio assim colocar neste momento, e de uma forma particularmente interessante para as escolas, uma outra hipótese de trabalho cooperativo nos concelhos por ela abrangidos. Em função das disponibilidades financeiras e das parcerias a estabelecer com as respectivas Câmaras Municipais, poderá vir a ser possível estabelecer ligações com tantas escolas quanto o acordado, racionalizando recursos e custos inerentes.

Conclusão

A quantidade de informação que as sociedades modernas produzem tem vindo a aumentar progressivamente e a velocidade com que ela circula intensificou-se; a explosão da informação mudou a natureza do próprio conhecimento, da habilidade de lembrar informação para a habilidade de pesquisar, seleccionar, processar, comunicar e aplicar informação. A escola necessita de manter uma ligação harmoniosa com a sociedade em que se insere, devendo adoptar modos de ensinar e aprender adequados à nova realidade social. O professor tende a deixar de ser o único recurso de que os alunos dispõem para realizar a sua aprendizagem e o verbalismo o modo preferencial de difusão do saber, para ser antes encarado como um recurso, entre outros, e um orientador capaz de gerir discursos e práticas diversificadas e estimular as habilidades intelectuais dos alunos, no tratamento da informação disponível. A base de actuação dos professores reside portanto no domínio crescente de aptidões técnicas referentes ao currículo, a métodos, a meios e materiais de ensino e ao contexto em que este se desenrola. As Novas Tecnologias têm adquirido no âmbito da Tecnologia Educativa um peso cada vez maior, sendo hoje inquestionável a vantagem da sua introdução e vulgarização nos processos de ensino-aprendizagem. Onde quer que tenham sido introduzidas com êxito, as tecnologias apoiaram novas abordagens pedagógicas, dando uma maior

importância à iniciativa dos alunos e ao trabalho em equipa e contribuindo para a transformação dos papéis do professor. A biblioteca escolar deve ser capaz de se adaptar a estas transformações, responder às necessidades da nova comunidade escolar e contribuir para a promoção de ambientes de aprendizagem mais ricos em conteúdos informativos e em situações de interação e de aprendizagem colaborativa, recorrendo para tal, nomeadamente, aos serviços de informação e comunicação disponíveis na Internet. Inscreve-se, deste modo, como uma peça fundamental na estratégia geral de mudança da escola, contribuindo para a sua integração eficaz no contexto da designada “Sociedade da Informação”.